

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1001153-12.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Nulidade / Inexigibilidade do Título**
 Embargante: **Contécnica Consultoria Técnica Ltda**
 Embargado: **Cs Equip Locação de Equipamentos Ltda-me'**

CONTÉCNICA CONSULTORIA TÉCNICA LTDA opôs embargos a execução que lhe move **CS EQUIP LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA-ME**, alegando, em suma, a inexistência de título executivo, haja vista a ausência de assinatura de duas testemunhas nos romaneios, bem como a iliquidez do crédito e a inexistência de dívida. Pleiteou, ainda, a condenação da embargada por litigância de má-fé.

Deferiu-se parcialmente o efeito suspensivo aos embargos à execução.

A embargada apresentou impugnação, aduzindo que os romaneios de devolução dos equipamentos integram o contrato firmado com a embargante, que não há dúvidas quanto ao número de equipamentos que não foram devolvidos na locação e que é possível a cumulação da cobrança de aluguel com a indenização pela perda dos equipamentos.

Em réplica, a embargante insistiu nos termos dos embargos.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Trata-se de execução dos contratos de locação de coisa móvel (fls. 42/44 e 48/50).

Tais instrumentos particulares estão assinados pela devedora e por duas testemunhas, razão pela qual podem ser reconhecidos como títulos executivos hábeis a embasarem a ação de execução, nos termos do art. 784, inciso III, do Código de Processo Civil. Era desnecessária a assinatura de duas testemunhas nos romaneios, pois tal documento serve apenas para comprovar a quantidade de bens que devolvidos, integrando, então, os contratos.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Os contratos de locação estão findos.

A embargada locadora cobra R\$ 80.510,00 pelo extravio de bens (fls. 30).

Previram as partes o pagamento pela locatária do valor de mercado de equipamentos extraviados (cláusula 6.6).

É óbvio incumbir à locatária indenizar a proprietária locadora, haja vista a obrigação de restituir os bens no mesmo estado em que os recebeu, transigindo-se apenas com as naturais depreciações resultantes do uso regular, como decorre do artigo 569, inciso IV, do Código Civil. Pois, *se a coisa se perder por culpa do devedor, responderá este pelo equivalente, mais perdas e danos* (Código Civil, artigo 239).

Os contratos identificam o valor dos objetos, para efeito de indenização, conferindo liquidez à obrigação (v. Fls. 42 e 48).

Os equipamentos eram devolvidos mediante acompanhamento de documento escrito, os romaneios, apontando claramente a natureza e a quantidade, não havendo dúvida razoável a respeito, capaz de justificar o prosseguimento de atividade probatória. Note-se que os romaneios identificam a quantidade a ser retirada, a quantidade efetivamente devolvida e os itens faltantes (ex: fls. 46), o que permite superar a dúvida lançada pela embargante, quando ao documento de fls. 53, cuja rasura não comprometeu a coluna identificadora dos itens faltantes.

Outra parte da execução corresponde ao aluguel mensal devido até a data da devolução dos equipamentos ou pagamento do valor correspondente àqueles extraviados (fls. 31), somando R\$ 10.348,02.

A locatária haverá de responder pelos bens extraviados, pagando o justo valor de mercado. Nesse caso, após indenizar, tornar-se-á proprietária desses mesmos bens, se vierem a ser encontrados, pois terá pago o respectivo preço. Por coerência, não poderá ser instada a pagar aluguel conjuntamente com o preço dos bens extraviados. Lembre-se o comando extraído do artigo 239 do C. Civil, impondo o pagamento do equivalente aos bens, além de perdas e danos.

A obrigação pecuniária decorrente do extravio dos bens enseja incidência de juros moratórios sobre o respectivo montante, mas não justificará a persistência de aluguel cumulativo.

Detecta-se alguma semelhança com o seguinte precedente jurisprudencial:

Apelação. Monitória. Locação. Bem móvel. DVD's não devolvidos. Extravio. Nulidade de sentença afastada. Obrigação impossível. Diárias posteriores indevidas. Desídia de ambas as partes. Relação de consumo. Mora 'ex re'. Sucumbência da ré.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Princípio da causalidade. Recurso parcialmente provido. APELAÇÃO nº 0021841-59.2011.8.26.0004, Rel. Des. BONILHA FILHO, j. 25.03.2015.

... Leciona ORLANDO GOMES que “o dever de indenizar, quer quando substitui o conteúdo do direito de crédito, quer quando o modifica quantitativamente, nasce no momento em que a prestação deveria ser realizada. Pouco importa, desse modo, que a impossibilidade de cumprir se positive anteriormente, a menos que acarrete, desde logo, a extinção da obrigação. O devedor é responsável também quando por ato seu tornou impossível o cumprimento da obrigação, ainda se esse ato não é culposos.” (GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 26ª ed., p. 186).

Diante do exposto, **acolho em parte embargos opostos** e o faço para rejeitar a execução no tocante à cobrança de aluguéis mas preservá-la quanto à cobrança do valor atinente aos itens extraviados (R\$ 80.510,00).

Responderá a embargante por 9/10 das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios do patrono da embargada, fixados em R\$ 8.051,00, com correção monetária a partir desta data.

Responderá a embargada por 1/10 das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e pelos honorários advocatícios do patrono da embargante, fixados em R\$ 1.034,80, corrigido monetariamente a partir desta data.

Publique-se e intímem-se.

São Carlos, 10 de abril de 2017.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA